

Lula quer trabalhar em conjunto com sindicatos

O governo Lula vem ampliando o diálogo com diversos setores da sociedade. Quer colocar em ação o compromisso de campanha de reconstruir o Brasil, começando por retomar o crescimento da economia de maneira sustentável, criando empregos, melhorando salários, a começar pelo salário mínimo, e ampliando direitos. Com o mesmo objetivo, deu início a viagens a outros países para dinamizar o comércio exterior e trazer investimentos estrangeiros.

Como parte deste projeto, Lula se reuniu com dirigentes de centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos, no último dia 18, no Palácio do Planalto. O objetivo foi criar grupos de trabalho para definir em conjunto, entre outras, medidas para criar leis trabalhistas que avancem em relação às atuais, garantindo direitos, inclusive, a quem não tem nenhum, como os tra-

balhadores de aplicativos.

“Vivem num sistema de semi-escravidão, sem a seguridade que lhes garanta uma licença remunerada para tratamento em casos de acidente ou doença, férias, 13º e FGTS”, lembrou o presidente. Além deste, foi criado um GT para definir uma política de valorização do salário mínimo com aumentos reais anuais, acima da inflação, somado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e outro sobre imposto de renda.

“Precisamos voltar a fazer os reajustes do mínimo com base também no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que não pode ser repassado só para os donos das empresas, mas dividido também por quem trabalha para fazer o PIB aumentar”, disse. Lembrou que, este ano, o valor do mínimo está definido em R\$ 1.302.

FORTALECER SINDICATOS

Na reunião, da qual participou o presidente do Sindicato, José Fer-



Governo recebeu mais de 600 entidades sindicais, dia 18, no Palácio do Planalto

reira, Lula defendeu a criação de uma nova estrutura sindical que fortaleça as entidades que defendem os direitos dos trabalhadores. “Nestes últimos governos os sindicatos foram muito atacados e isso enfraqueceu os trabalhadores. Precisamos discutir novas formas para fortalecer o movimento sindical. Não há democracia forte sem sindicatos fortes”, disse.

O ataque aos sindicatos, associado à política econômica de estagnação da economia e à inflação, fizeram com que os salários perdessem muito o seu poder de compra, o que tem que ser revertido. “A massa salarial caiu muito. Para reverter esta realidade, temos que fazer o país voltar a crescer”, disse aos sindicalistas.

Na eleição do Caref, Sindicato apoia Kelly Quirino

O primeiro turno da eleição do representante do funcionalismo no Conselho de Administração do Banco do Brasil (Caref) começou na última sexta-feira (20/1) e vai até esta quinta-feira (26/1), a. A candidata apoiada pelo Sindicato, pela Contraf-CUT e pela grande maioria do movimento sindical bancário é Kelly Quirino.

Os funcionários da ativa podem participar, via SISBB. Basta acessar o SISBB; clicar na aba PESSOAL; depois na aba 48 VOTAÇÕES BB; e digitar o número do seu candidato. Para votar em Kelly Quirino, digite F6073227.

Rita Mota, diretora do Sindicato e integrante da Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) defendeu o voto em Kelly por ser uma candidatura que defende o BB público, voltado para o desenvolvimento do país e pela sua interação com as entidades representativas dos funcionários, fazendo a ponte entre eles e o Caref.



Kelly Quirino
REPRESENTATIVIDADE IMPORTA
F6073227
CAREF para todos

ELEIÇÃO CAREF – 1º TURNO DE 20 A 26 DE JANEIRO

VOTE PELO SISBB > PESSOAL > 48 VOTAÇÕES BB

Kelly é candidata apoiada pelos sindicatos para defender o BB público e lutar por melhoria de salários, direitos e demais conquistas do funcionalismo.

Para saber mais, acesse:



PROPOSTAS DE KELLY

Kelly defende: a recuperação do número de postos de trabalho adequado, melhorando a qualidade de vida dos funcionários que hoje atuam em situação precária; revisão do processo de atribuição de metas, com mais transparência e participação dos envolvidos, e combate aos abusos; Previ e Cassi para todos os funcionários, novos e incorporados de outras instituições.

Além disto, fomentar a valorização das trabalhadoras e trabalhadores, com a igualdade de oportunidades dentro do banco, independente de gênero, cor, idade, orientação sexual ou escolha religiosa; criação de comitê de diversidade e inclusão vinculado à Presidência, com representantes dos funcionários; e defender constantemente, em apoio aos sindicatos, a melhoria de salários, direitos e demais benefícios do corpo funcional.

STF: investigação dos atos terroristas

Em despacho na manhã de segunda-feira (23), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acatou a solicitação da Procuradoria Geral da República (PGR) e determinou o fatiamento da investigação dos ataques terroristas em Brasília no 8 de janeiro. A investigação sobre o planejamento e a responsabilidade intelectual ficará a cargo do inquérito (INQ) 4921 - no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pode vir a ser investigado, informou o jornal Correio Braziliense. Já o inquérito 4920 deve apurar os financiadores e participantes no auxílio material para os atos antidemocráticos; e o INQ 4922 investigará os participantes na invasão que não foram presos em flagrante durante os atos terroristas às sedes dos Três Poderes.

Essa investigação deve reunir as denúncias recebidas de postagens em redes sociais para a correta identificação civil dos participantes que escaparam da prisão em flagrante - os presos em flagrante já estão sendo investigados em outro processo. Segundo nota emitida pelo STF, o despacho do ministro determinou o sigilo dessas novas investigações, que estão divididas pelos crimes que serão investigados: terrorismo, associação criminosa, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, ameaça, perseguição e incitação ao crime.

“O ministro considera justificativo o pedido formulado pela PGR diante da necessidade de otimização de recursos, uma vez que há requisitos específicos para responsabilização penal por autoria intelectual e por participação por instigação, que diferem, em parte, dos requisitos aplicáveis aos executores materiais e daqueles aplicáveis aos financiadores e por participação por auxílio material”, disse o STF na nota.

O texto também indica os artigos que tipificam os crimes investigados nos novos inquéritos, que são os crimes de terrorismo (artigos 2º, 3º, 5º e 6º) previstos na Lei 13.206/2016, e de outros seis crimes previstos no Código Penal: associação criminosa (artigo 288); tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (artigo 359-L); tentativa de golpe de Estado (artigo 359-M); ameaça (artigo 147); perseguição (artigo 147-A, § 1º, III); e incitação ao crime (artigo 286).

Bloco dos Bancários, Vestiu a Camisinha Listrada e Saiu por Aí



O tradicional Bloco dos bancários está de volta

O tradicional bloco de Carnaval do Sindicato - o Vestiu uma Camisinha Listrada e Saiu por Aí - está de volta, após o período mais duro da pandemia do novo

coronavírus. Ele sai na sexta-feira de Carnaval, dia 17 de fevereiro, do Buraco do Lume. A concentração é a partir das 16 horas e a saída, às 18 horas.

Mas, antes, estão previstos ensaios. O primeiro será o “Baile Pré-Carnaval de Retorno Bloco Camisinha”, no dia 4 de fevereiro, às 11 horas, na Sede Campestre, com DJ e apresentação da bateria da Unidos da Tijuca. E, no dia 10, às 18 horas, ensaio de rua, na esquina da Rua Miguel Couto com Avenida Presidente Vargas.

BAILE INFANTIL

O bloco é uma iniciativa da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer do Sindicato que vai promover, também, uma atividade para as crianças: um baile de Carnaval, em 18 de fevereiro, um sábado, às 11 horas, na Sede Campestre (Rua Mirataia, 121, Pechincha, Jacarepaguá).

Se Lula corrigir tabela de IR, 28 milhões ficarão isentos

Promessa do presidente Lula (PT) de isentar de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) quem ganha até R\$ 5.000 pode beneficiar 28 milhões de trabalhadores, aposentados e pensionistas que hoje têm o imposto descontado nas folhas de pagamento, segundo matéria publicada no site da CUT Nacional. A iniciativa, no entanto, pode não acontecer, já que o orçamento deste ano, proposto por Bolsonaro e aprovado ano passado, não prevê a correção.

Atualmente, só não paga imposto quem recebe salários ou benefícios de até R\$ 1.903,98. Como a tabela não é corrigida desde 2015, apenas 8 milhões de contribuintes estão isentos do pagamento do IRPF, segundo atualização dos cálculos feitos pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional).

CORREÇÃO

A correção da tabela poderia ser feita este ano, diz a direção do Unafisco Nacional. Em 2015,



a tabela foi reajustada no começo do ano e a nova regra começou a valer em abril.

A explicação é que em casos de tributação, vale o princípio da anterioridade, ou seja, se o governo aumentar imposto só pode cobrar o valor a mais no ano seguinte. Mas, em caso de redução, a decisão e a entrada em vigor podem ser no mesmo ano.

TABELA DO IR

Considerando a inflação acumulada medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA) de 1996 a dezembro de 2022, a tabela do IRPF precisaria ser corrigida em, pelo menos, 148,1% para repor as perdas do período, de acordo com a Unafisco Nacional. O cálculo considera os ajustes ocorridos durante o período, como o determinado pela ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2015.

Com a correção dessa defasagem acumulada, a faixa de isenção seria de até R\$ 4.723,77. A cobrança máxima de IR (de 27,5%) seria cobrada para valores acima de R\$ 11.573,10, dizem os autoridades da entidade.

Escândalo da Americanas faz Rial se demitir do Santander

O ex-presidente executivo do Santander Brasil, Sérgio Rial, renunciou, na sexta-feira passada (20/1), à presidência do Conselho de Administração da seção brasileira do banco espanhol. A saída acontece nove dias depois de pedir demissão do cargo de presidente das Lojas Americanas após divulgar um rombo de R\$ 20 bilhões fruto de fraudes contábeis no balanço da varejista.

O valor do rombo é relacionado a uma operação financeira conhecida como "risco sacado": a companhia pega dinheiro emprestado com bancos para comprar de fornecedores. Um dos credores é o Santander, mas há dívidas com o Bradesco, Itaú e BTG-Pactual de Paulo Guedes. Segundo informações do mercado financeiro, a fraude consistia em não registrar os valores como dívida bancária, mas como dívidas aos fornecedores, e os pagamentos dos juros devidos como redução do valor da dívida com os fornecedores, não como despesa financeira.

INVESTIGAÇÕES

Segundo investigações preliminares, o que Rial chamou de



Ex-presidente do Conselho do Santander Brasil, Sérgio Rial

'inconsistências contábeis' já vinham sendo praticadas durante anos, e não apenas em 2022. O principal controlador da Americanas era o fundo de investimentos 3G Capital, dos três bilionários brasileiros, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira.

A suspeita que o trio soubesse da fraude bilionária é reforçada diante das notícias de que membros da diretoria da empresa teriam vendido quantias expressivas em ações pouco tempo antes de o caso ser divulgado por Rial. O ex-presidente do Conselho de Administração do Santander Brasil foi para o cargo nas Americanas, substituindo a Miguel

Gutierrez, indicado em 2003 por Lemann, Sicupira e Telles para ocupar o cargo de CEO da varejista. Segundo a mídia, Gutierrez ainda não se pronunciou sobre a fraude contábil, e, teria, conforme revelou o colunista de O Globo, Lauro Jardim, viajado para a Espanha.

AMERICANAS E ELETROBRÁS

Toda esta negociata se agrava ainda mais pelo fato de envolver a Price Waterhouse Coopers (PwC), uma das quatro maiores empresas de consultoria e auditoria do mundo. A PwC, teria aprovado os balanços fraudulentos das lojas Americanas. Os acionistas minoritá-

rios da Americanas vão entrar com ação contra a consultoria multinacional pela prática de crimes contra o mercado de capitais e financeiro do Brasil.

A mesma consultoria foi contratada pelo governo Bolsonaro para fixar o valor de venda das ações da Eletrobras em R\$ 42, resultando em cerca de R\$ 30 bilhões o valor total para a venda da empresa, uma das maiores do setor energético do mundo. Na época dos fatos, a Eletrobrás tinha em caixa R\$ 15 bilhões, e ainda possuía mais R\$ 44 bilhões a receber nos próximos quatro anos.

O valor pífio estipulado pela consultoria representa cerca de 5% do montante necessário para se construir toda a estrutura da ex-estatal, investimentos entre R\$ 470 bi e R\$ 600 bilhões para construir 22 usinas hidrelétricas já amortizadas ou em fase de amortização que correspondem a 48,25% da potência hidrelétrica instalada no país. Tendo ainda, somente em valores de ativos de transmissão, a soma de R\$ 50 bilhões, bem como as participações em empresas do setor que chegam a R\$ 29 bilhões.

Chapa 1 vence eleição do Saúde Caixa

Com 71,14% dos votos, a Chapa 1 - Movimento Pela Saúde, venceu a eleição para o Conselho de Usuários do Saúde Caixa. A votação ocorreu entre 16 e 20 de janeiro. A expectativa é de que, agora, com um governo comprometido com o fortalecimento da Caixa e aberto ao diálogo, possa se avançar em questões do interesse dos empregados.

A Chapa 1 foi apoiada, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), pela maioria da diretora do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, entidades sindicais de todo o país e representação e associativas dos empregados



da Caixa. "O debate sobre o Saúde Caixa é extremamente relevante esse ano porque o acordo aditivo que trata do tema expira em dezembro", afirmou Rogério Campanate, diretor da Secretaria de Bancos Públicos do Sindicato e integrante da Comissão Executiva dos Empregados

(CEE).

"Nesse sentido a eleição da Chapa 1, com todo o apoio que tem da maioria dos Sindicatos e associações dos empregados da Caixa, é uma grande vitória para todos. Entendemos que venceu a chapa com maior capacidade de representação, de articulação e de mobilização

da base", avaliou.

A coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt, frisou que a Chapa 1 é composta por empregadas e empregados que têm o compromisso com a defesa do Saúde Caixa, alguns deles já faziam parte do Conselho de Usuários que defendeu o plano dos ataques promovidos por uma gestão que estava alinhada a um governo totalmente alheio aos direitos e interesses dos trabalhadores. "Por isso, além de parabenizar a chapa pela vitória, precisamos parabenizar todas as empregadas e empregados que a elegeram", acrescentou.

GENOCÍDIO



Crianças ianomâmis desnutridas

Há um consenso entre o governo Lula, partidos progressistas, entidades da sociedade civil, ambientalistas e procuradores do Ministério Público Federal de que o governo Jair Bolsonaro é o responsável pelas mortes de crianças, adultos e idosos da Reserva Ianomâmi em Roraima. Devido à gravidade do caso e das fotos dos indígenas cadavéricos divulgadas na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi no último domingo ao estado levando oito ministros para tomar me-

das urgentes a fim de salvar a população Ianomâmi e levantar dados para punir os responsáveis.

Lula afirmou que o abandono dos indígenas pela gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é um crime premeditado e um genocídio. "Mais que uma crise humanitária, o que vi em Roraima foi um genocídio. Um crime premeditado contra os Ianomâmis, cometido por um governo insensível ao sofrimento do povo brasileiro", disse.

"Não haverá mais genocídios.

A humanidade tem uma dívida histórica com os povos indígenas, que preservam o meio ambiente e ajudam a conter os efeitos das mudanças climáticas. Essa dívida será paga, em nome da sobrevivência do planeta", completou.

Deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) acionaram o Ministério Público Federal (MPF) no domingo (22) com pedido de investigação contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a ex-ministra Damare Alves (Republicanos-DF), que comandou o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, por suposto cometimento do crime de genocídio contra indígenas Ianomâmi.

GARIMPOS ILEGAIS

Durante o governo do extremista de direita Jair Bolsonaro, o número de mortes de crianças com menos de cinco anos por causas evitáveis aumentou 29% no território: 570 pequenos indígenas morreram nos últimos 4 anos por doenças que têm tratamento. O desmonte da saúde indígena durante o governo Bolsonaro levou várias aldeias ao colapso sanitário. Com pouco acesso à saúde e medicamentos em falta, crianças e velhos morrem de desnutrição ou por doenças

tratáveis, como vermes, pneumonia e diarreia.

A falta de fiscalização e repressão, e mesmo o incentivo do governo anterior, levou à reserva indígena, milhares de garimpos ilegais. A maioria das mortes dos Ianomâmis se deveu a contaminação por mercúrio, usado pelas mineradoras e garimpeiros, e à transmissão de doenças como a malária, além da fuga de peixes e outros animais que fazem parte da alimentação da população, levando-a à desnutrição.

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Na sexta-feira (20), o Ministério da Saúde decretou estado de emergência para combater a falta de assistência sanitária que atinge a etnia no estado. Segundo o governo, a crise sanitária teria resultado na morte de 570 crianças por desnutrição e questões sanitárias nos últimos anos quatro anos.

No sábado, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, também afirmou, pelas redes sociais, que protocolará um ofício pedindo investigações sobre o caso. "Há fortes indícios de crime de genocídio e outros crimes, que serão apurados pela Polícia Federal, conforme ofício que enviarei na segunda-feira (23)", disse.

Lula demite comandante do Exército

No sábado, um dia antes de viajar para a Argentina, o presidente Lula demitiu o Comandante do Exército, o general Júlio Cesar de Arruda. Segundo o ministro da Defesa, José Múcio, o motivo foi a quebra de confiança.

Arruda chegou ao cargo antes da posse de Lula. Durante a invasão e depredação do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto, no dia 8 de janeiro, o general manteve alojados, em frente ao quartel General do Exército em Brasília, bolsonaristas que não aceitavam o resultado das eleições e defendiam uma intervenção militar e ali estavam já há meses.

Como se não bastasse, impediu que a Polícia Militar do Distrito Federal, após os atos terroristas do dia 8, prendesse os participantes dos ataques que se



Lula dá posse ao novo Comandante do Exército, general Tomás Paiva

encontravam em frente ao QG. Além disto se recusava a exonerar o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, de um posto de comando sensível em Goiânia.

Cid havia sido nomeado, no apagar das luzes do governo anterior, para comandar o 1º Batalhão de Ações e Comandos, o 1º BAC, uma das unidades do Comando de Operações Espe-

ciais, com sede em Goiânia. Ou seja, um batalhão vital para a segurança de Brasília estaria nas mãos de um homem da extrema confiança do ex-presidente. Conhecido como "coronel Cid" pode estar no centro de uma investigação da Polícia Federal, sob ordens do Supremo Tribunal Federal (STF), que apura um suposto esquema de Caixa 2 dentro do Palácio do Planalto durante o governo Bolsonaro.

Para substituir Arruda, Lula nomeou o general Tomás Miguel Ribeiro Paiva como novo comandante do Exército no sábado (21). O militar é general desde 31 de julho de 2019 e estava à frente do Comando Militar do Sudeste. Participou das missões realizadas pelo exército brasileiro no Haiti e nos complexos da Penha e do Alemão, em 2012.